



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PEDRO PERUCCI – em Recuperação Judicial.

MARIA DE FATIMA PERUCCI – em Recuperação Judicial.

GUILHERME DUARTE PERUCCI – em Recuperação Judicial.

**BARBARA SCHULTZ ROCHA VELOSO PERUCCI – em Recuperação
Judicial.**

(doravante “Recuperandos” ou “GRUPO PROMISSÃO”)

Processo de Recuperação Judicial nº 0000929-26.2024.8.16.0081, em
tramitação perante a Vara Cível de Faxinal no Estado do Paraná.

Julho/2024





“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.

Art. 47, Lei 11.101/2005.





ÍNDICE

1. GRUPO PROMISSÃO 5

2. GLOSSÁRIO 5

3. INTRODUÇÃO 7

 3.1. SUMÁRIO EXECUTIVO 7

 3.2. SOBRE O GRUPO PROMISSÃO 8

 3.2.1. APRESENTAÇÃO 8

 3.2.2. BREVE HISTÓRICO DO GRUPO PROMISSÃO 9

 3.3. MERCADO DE ATUAÇÃO 10

 3.3.1. ANÁLISE DO GRUPO NA ECONOMIA 10

 3.3.2. CRISE SETORIAL 10

 3.4. RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA 13

4. OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 14

 4.1. OS MEIOS DE RECUPERAÇÃO ADOTADOS 14

 4.1.1. REORGANIZAÇÃO OPERACIONAL 14

 4.1.2. BUSCA DE MELHORES FONTES DE FINANCIAMENTO 15

 4.1.3. RETOMADA DA RENTABILIDADE 16

 4.1.4. RETOMADA DA CREDIBILIDADE 17

 4.1.5. FERRAMENTAS DE GESTÃO 17

 4.1.6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 18

 4.1.7. PLANEJAMENTO DE VENDAS E ESTRATÉGIAS COMERCIAIS 18

 4.2. OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO 19

 4.3. ALIENAÇÃO DE ATIVOS 19

 4.4. CRIAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS 20

 4.5. FINANCIAMENTO DIP 23

5. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA 23

 5.1. PREMISSAS ADOTADAS NAS PROJEÇÕES FUTURAS 23

 5.2. PROJEÇÕES DE GERAÇÃO DE CAIXA 24

6. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES 27

 6.1. PAGAMENTOS AOS CREDITORES CLASSE I – TRABALHISTAS 27

 6.2. PAGAMENTO AOS CREDITORES CLASSE II – GARANTIA REAL 28

 6.3. PAGAMENTO AOS CREDITORES CLASSE III – QUIROGRAFÁRIOS 30

 6.4. PAGAMENTO AOS CREDITORES CLASSE IV – ME/EPP 31

 6.5. OBTENÇÃO DE RECURSOS LÍQUIDOS PARA PAGAMENTO DOS CREDITORES SUJEITOS AO PLANO 33

7. DISPOSIÇÕES FINAIS 33

 7.1. EFEITOS DA APROVAÇÃO DO PRJ 34



7.2. AÇÕES JUDICIAIS E ARBITRAIS 35

7.3. MODIFICAÇÕES NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 35

7.4. NOVAÇÃO DOS CRÉDITOS 35

7.5. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS..... 35

7.6. BAIXA DE PROTESTOS..... 36

7.7. DESCUMPRIMENTO DO PRJ..... 36

7.8. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 36

7.9. COMUNICAÇÃO 37

7.10. CRÉDITOS – MODIFICAÇÃO, IMPUGNAÇÃO E DIVERGÊNCIA 37

7.11. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS..... 37

7.12. GARANTIAS PESSOAIS..... 38

7.13. QUITAÇÃO..... 38

7.14. ELEIÇÃO DO FORO 38

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9B 54WLF ENKF4 WK59K





1. GRUPO PROMISSÃO

Em conjunto, denominados “Recuperandos” ou GRUPO PROMISSÃO, é composto da seguinte forma:

- **PEDRO PERUCCI** - brasileiro, casado, agricultor, inscrito no RG n.º 4.298.576-7 e CPF n.º 599.347.359-20, residente e domiciliado na Rua Jose Pereira do Nascimento, n.º 459, Faxinal/PR, CEP n.º 86840-000;
- **MARIA DE FATIMA PERUCCI** - brasileira, casada, agricultora, inscrita no RG n.º 4.542.156-2 e CPF n.º 904.372.419-04, residente e domiciliado na Rua Jose Pereira do Nascimento, n.º 459, Faxinal/PR, CEP n.º 86840-000;
- **GUILHERME DUARTE PERUCCI** - brasileiro, casado, agricultor, inscrito no RG n.º 10931400-5 SESP/PR e CPF n.º 076.699.159-86, residente e domiciliado na Rua Antônio Silveira Mello Junior, n. 360, Faxinal/PR, CEP n.º 86840-000;
- **BARBARA SCHULTZ ROCHA VELOSO PERUCCI** - brasileira, casada, agricultora, inscrita no RG n.º 107841326 SESP/PR e CPF n.º 090.209.799-73, residente e domiciliado na Rua Antônio Silveira Mello Junior, n. 360, Faxinal/PR, CEP n.º 86840-000.

2. GLOSSÁRIO

Com o objetivo de equiparar o entendimento de todos os envolvidos, os termos e expressões abaixo listados, sempre que utilizados neste Plano de Recuperação Judicial, terão os significados que lhe são atribuídos neste capítulo. As definições serão aplicáveis no singular e no plural, no masculino ou no feminino, sem alteração de significado.

- **GRUPO PROMISSÃO ou Recuperandos:** Autores do pedido de Recuperação Judicial nº0000929-26.2024.8.16.0081, em tramitação perante Vara Cível de Faxinal no Estado do Paraná, e que apresentam o Plano de Recuperação Judicial, leia-se, PEDRO PERUCCI, MARIA DE FATIMA PERUCCI, GUILHERME DUARTE PERUCCI e BARBARA SCHULTZ ROCHA VELOSO PERUCCI.
- **Lei de Recuperação e Falências (LRF):** Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula os processos de falência e de recuperação judicial e extrajudicial no Brasil, e suas alterações subsequentes.
- **Juízo da Recuperação:** Juízo da Vara Cível de Faxinal no estado do Paraná, ou qualquer outro juízo que seja declarado competente para o processamento e o julgamento da Recuperação Judicial.





- **Administrador Judicial:** Sr. VALDECIR MOKWA, pessoa física, com endereço na Av. Brasil, 1447, Zona 03, Maringá – PR, CEP 87.050-000, Telefone 44 3262-9730, e-mail: valdecir@visaoadmpericia.com.br, nomeado pelo Juízo da Vara Cível de Faxinal no estado da Paraná, ou quem vier a substituí-lo.
- **Plano de Recuperação Judicial (PRJ ou Plano):** Plano apresentado na forma e nos termos do art. 53 da LRF, no qual são expostos os meios de recuperação a serem adotados e as condições de pagamento dos credores.
- **Assembleia Geral de Credores (AGC):** Assembleia formada nos termos e para as finalidades especificadas no art. 35 e seguintes da Lei n.º 11.101/05, composta pelos credores relacionados no art. 41 da LRF (titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; titulares de créditos com garantia real; titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados; titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte).
- **Credores Trabalhistas:** São os credores detentores de créditos trabalhistas.
- **Credores com Garantia Real:** São os credores detentores de créditos com garantia real.
- **Credores Quirografários:** São os credores detentores de créditos quirografários.
- **Credores ME ou EPP:** São os credores detentores de créditos ME e EPP, constituídos como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **Classe I - Credores Trabalhistas:** Classe representante dos credores titulares de créditos definidos no art. 41, I, da LRF.
- **Classe II - Credores com Garantia Real:** Classe representante dos credores titulares de créditos definidos no art. 41, II, da LRF.
- **Classe III - Credores Quirografários:** Classe representante dos credores titulares de créditos definidos no art. 41, III, da LRF.
- **Classe IV - Credores Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte:** Classe representante dos credores titulares de créditos definidos no art. 41, IV, da LRF.
- **Créditos ou Créditos Sujeitos:** São os créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos quirografários e créditos ME e EPP, assim como as correspondentes obrigações existentes na data do pedido, que estejam sujeitos à Recuperação Judicial nos termos da LRF.
- **Créditos Trabalhistas:** Créditos sujeitos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, ou ainda, equiparados, nos termos do artigo 41, inciso I, da LRF, incluindo-se aqueles créditos decorrentes da comunicação da rescisão do contrato de trabalho anteriormente à data do pedido, independentemente da forma do cumprimento do aviso prévio, conforme relacionados na Quadro Geral de Credores.





- **Créditos com Garantia Real:** Créditos sujeitos detidos pelos credores com Garantia Real, os quais são garantidos por direitos reais de garantia (incluindo penhor e/ou hipoteca), nos termos do artigo 41, inciso II, da LRF.
- **Créditos Quirografários:** Créditos sujeitos que sejam quirografários, com privilégio geral, especialmente privilegiados e subordinados, nos termos do artigo 41, inciso III, da LRF.
- **Créditos ME ou EPP:** Créditos sujeitos detidos pelos credores ME ou EPP nos termos do artigo 41, inciso IV, da LRF.
- **Deferimento do Processamento:** Decisão proferida pelo Juízo da Vara Cível de Faxinal no estado do Paraná, na data de 03 de maio de 2024, deferindo o processamento da Recuperação Judicial, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05.
- **Quadro Geral de Credores (QGC):** Quadro ou relação de credores, nos termos do art. 7º, §º 2º, da LRF, podendo ser alterada pelas decisões transitadas em julgado acerca das respectivas impugnações de crédito, ou o quadro geral de credores consolidado e homologado na forma do art. 18 da LRF.
- **Aprovação do Plano:** Significa a data de aprovação deste Plano pelos Credores reunidos na Assembleia Geral de Credores, nos termos do art. 45 da LRF.
- **Homologação Judicial do Plano:** A decisão judicial, proferida pelo Juízo da Recuperação ou pelo Tribunal de Justiça ou outro que seja competente, que concede a Recuperação Judicial do GRUPO PROMISSÃO, nos termos do art. 58, *caput*, ou do art. 58, §º 1º, da LRF.
- **Taxa Referencial (TR):** Lei nº 8.177/91, de 01/03/1991 e suas alterações posteriores. A Taxa Referencial corrige os saldos mensais da caderneta de poupança.
- **Unidade Produtiva Isolada (UPI):** Filial ou Unidade Produtiva Isolada, assim caracterizada nos termos do art. 60 da LRF.
- **Dia Útil:** Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado ou qualquer outro dia em que as instituições bancárias no Estado do Paraná não funcionem ou estejam autorizadas a não funcionar.

3. INTRODUÇÃO

3.1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O objetivo do presente Plano de Recuperação Judicial é apresentar a história do GRUPO PROMISSÃO, sua trajetória, as decisões corporativas que foram tomadas no





passado, a sua importância e relevância para o mercado e a atual situação econômico-financeira na qual se encontra, assim como a visão e estratégia para o futuro.

Atuante no setor da agricultura, o GRUPO PROMISSÃO é relevante para os municípios de Faxinal/PR e no Ribeirão Cascalheira/MT.

O GRUPO PROMISSÃO atravessa uma crise econômico-financeira e viu-se forçado a ingressar com o pedido de Recuperação Judicial, realizado no dia 14 de março de 2024.

Em 03 de maio de 2024, o Juízo da Vara Cível de Faxinal/PR, proferiu a decisão deferindo o processamento da Recuperação Judicial, nomeando como Administrador Judicial o Sr. VALDECIR MOKWA, pessoa física, com endereço na Av. Brasil, 1447, Zona 03, Maringá – PR, CEP 87.050-000, Telefone 44 3262-9730, e-mail: valdecir@visaoadmpericia.com.br.

Buscando superar sua crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios, o GRUPO PROMISSÃO, com o objetivo de:

- i. Preservar a sua atividade empresarial, mantendo sua posição relevante no setor do agronegócio;
- ii. Manter a fonte produtora, a geração de riquezas, tributos e empregos;
- iii. Preservar a livre iniciativa, o negócio, sua função social e estimular a atividade econômica; e
- iv. Estabelecer a forma de pagamento de seus credores, sempre com vistas a atender aos seus melhores interesses.

Apresenta o presente Plano de Recuperação Judicial, que atende aos requisitos do art. 53 da LRF, por:

- i. Pormenorizar os meios de recuperação do GRUPO PROMISSÃO;
- ii. Ser acompanhado do Laudo Econômico-Financeiro do GRUPO PROMISSÃO, e Laudos de Avaliação de Bens e Ativos;
- iii. Conter proposta clara e específica para pagamento dos credores sujeitos à Recuperação Judicial.

3.2. SOBRE O GRUPO PROMISSÃO

3.2.1. APRESENTAÇÃO

O GRUPO PROMISSÃO está sediado no Estado do Paraná e além de possuir operação no Estado do Mato Grosso, e é amplamente reconhecido por sua excelência e credibilidade, sempre atuando no setor do agronegócio. Iniciou suas atividades antes mesmo de 1984. Em cada ano, o foco sempre esteve na preservação da





responsabilidade e na busca incessante pelo reconhecimento da qualidade e excelência que caracterizam suas atividades.

Ao longo dos anos, o GRUPO PROMISSÃO demonstrou sua resiliência e comprometimento inabalável com os mais elevados padrões, consolidando assim sua reputação e notoriedade no mercado. E, entre os anos de sua trajetória, passou a ser reconhecido nas regiões em que atua, distribuindo riquezas e geração de empregos, sem nunca ter recorrido a qualquer benefício judicial ou sofrido quebra (insolvência/falência).

3.2.2. BREVE HISTÓRICO DO GRUPO PROMISSÃO

Em meados dos anos 80, inicia-se a história do GRUPO PROMISSÃO por meio da produção com trigo e arroz. Com o passar dos anos, a paixão pela terra e pela agricultura foi passada para a próxima geração e ampliaram a produção com a inclusão de outras culturas, como soja e milho.

A herança agrícola do GRUPO PROMISSÃO é evidente no impacto positivo que têm em suas comunidades. A tradição iniciada há muitas décadas continua a prosperar, abrangendo várias áreas significativas: na cidade de Faxinal, no Paraná, cultivam 208 hectares; em Ortigueira, também no Paraná, a área de cultivo é de 205 hectares; e em Ribeirão Cascalheira, no Mato Grosso, a família dedica-se ao cultivo de 1.500 hectares. No total, o GRUPO PROMISSÃO cultiva uma área de 1.913 hectares, destacando-se como importantes produtores agrícolas.

No entanto, mesmo munidos de sólida capacidade técnica, investimentos em estudos aprofundados, planejamento estratégico meticuloso e uma riqueza de experiências que os capacitavam a enfrentar os desafios externos, o impacto da pandemia de COVID-19 abalou profundamente as atividades do GRUPO PROMISSÃO. Além disso, na safra de 2022/2023 a guerra entre Rússia e Ucrânia, sem perspectiva de término, elevou drasticamente os custos dos insumos essenciais para a produção, resultando em uma diminuição significativa das margens financeiras. Esses eventos inesperados destacaram a resiliência necessária para enfrentar adversidades imprevistas e a importância de estratégias adaptativas em um ambiente empresarial em constante mudança.

Como se já não fossem tão desastrosos os efeitos do COVID-19 e a guerra, o setor do agronegócio se vê diante da estiagem na safra de 2023/2024, acarretando perdas de safra acima de 50% e em alguns casos, perda total, somados a alta no valor dos insumos e a dificuldade em conseguir crédito junto às instituições financeiras, carregaram para a atual crise econômico-financeira.





Assim, devido ao seu atual cenário, a qual reputa ser temporário, os Recuperandos entenderam pela importância do pedido de Recuperação Judicial, neste momento, haja vista que, com o deferimento do processamento da Recuperação Judicial, o GRUPO PROMISSÃO terá “fôlego” para organizar toda a reestruturação necessária.

3.3. MERCADO DE ATUAÇÃO

3.3.1. ANÁLISE DO GRUPO NA ECONOMIA

Conforme brevemente mencionado nos tópicos acima, o GRUPO PROMISSÃO possui alta relevância social e econômica no desenvolvimento das regiões em que atua, promovendo empregos de forma direta e indireta, bem como atuando sempre com responsabilidade social e ao meio-ambiente.

Em suma, o GRUPO PROMISSÃO, cuja família desempenha relevante atividade econômica há tantos anos, responde pelo plantio de milho, soja e trigo, movimentando a economia dos diversos Municípios de Mato Grosso e Paraná.

Entretanto, apesar de toda a representatividade que o GRUPO PROMISSÃO detém, atravessa uma delicada situação de crise econômico-financeira, derivada pela congruência de alguns fatores de ordem econômica, de mercado, climáticos, entre outros, os quais serão detalhados nos próximos tópicos.

3.3.2. CRISE SETORIAL

Sabe-se que as variações e fenômenos climáticos estão enquadradas nas variáveis não administráveis pelos produtores rurais, ou seja, são riscos imprevisíveis e, muitas vezes, incalculáveis.

Amplamente veiculado na mídia nacional, segue abaixo reportagem veiculada no site do Senado federal em 25/10/2021 por Luana Correa:

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/25/falta-de-insumos-para-agricultura-foi-pauta-de-audiencia-publica>

“A Comissão de Agricultura discutiu a escassez de insumos que tem afetado a agricultura brasileira. A principal preocupação levantada na reunião foi a ameaça de falta de fertilizantes em 2021 e 2022, já que a produção desse item passa por uma crise global. No caso do Brasil, a situação tem sido ainda mais desfavorável em razão da alta importação de fertilizantes. Indústrias da China, do Canadá e da Rússia, que são as principais exportadoras, têm passado por dificuldades operacionais e colocado a cadeia





de suprimentos mundial em risco. Para o presidente da Comissão, senador Acir Gurgacz, do PDT de Roraima, o momento é delicado tanto para o agronegócio quanto para a população.

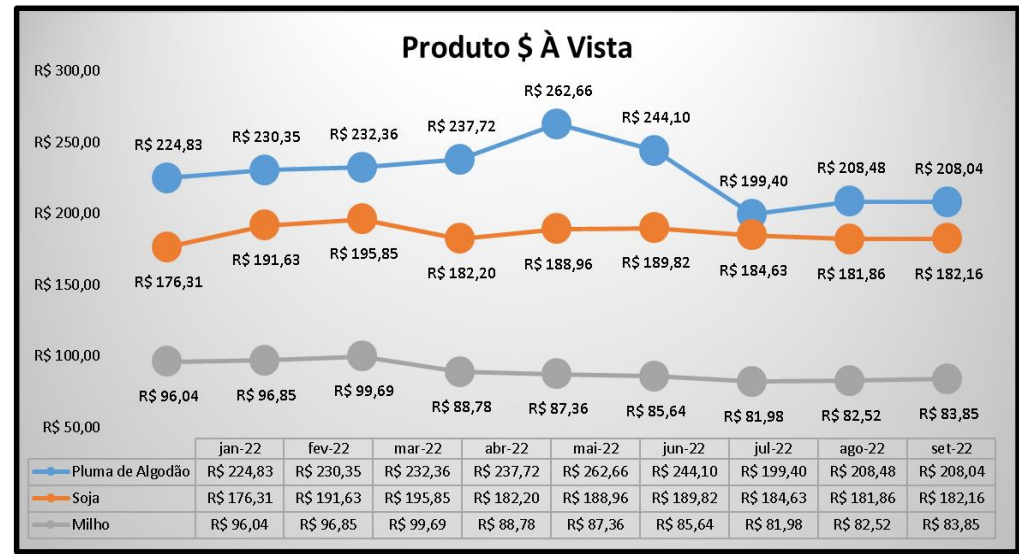
Com a demanda em alta e a oferta em baixa, o preço dos insumos têm subido demais, com o agravante da cotação do dólar, que supera a marca dos 5,50. Isto terá reflexo na agricultura em todo o país e, além de aumentar os custos de produção, deve ser passado ao consumidor, aumentando o preço dos alimentos nas mesas dos brasileiros. A situação é preocupante para a agricultura e para a segurança alimentar.

A audiência foi solicitada pelo senador Zequinha Marinho, do PSC do Pará, que declarou que existe uma questão emergencial, visto que a falta de insumos e de fertilizantes pode reduzir o volume e a qualidade da produção agrícola. Para ele, investir em produtos próprios do Brasil é uma das formas de reverter a atual conjuntura.

Nós precisamos começar a olhar o futuro. E olhar o futuro é trabalhar com o governo e com o setor privado a produção para autossuficiência, né, desses produtos, tanto no que diz respeito ao setor que vai explorar, porque o Brasil graças a Deus tem, e eu não sei por que é melhor importar do que explorar um produto nosso.

De acordo com Dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos, até junho deste ano, o Brasil utilizou 23,9 milhões de toneladas de insumos. Desse total, apenas 3,7 foi produzido em território nacional. Sob supervisão de Maurício de Santi, da Rádio Senado, Luana Corrêa.

Se não bastasse redução da margem de lucratividade no agronegócio pelas razões expostas, ainda, o setor enfrentou a instabilidade do preço que, nos últimos meses sofreram uma forte queda, como verificado pela CEPEA:



Fonte: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/> 1

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9B 54WLF ENKF4 WK59K



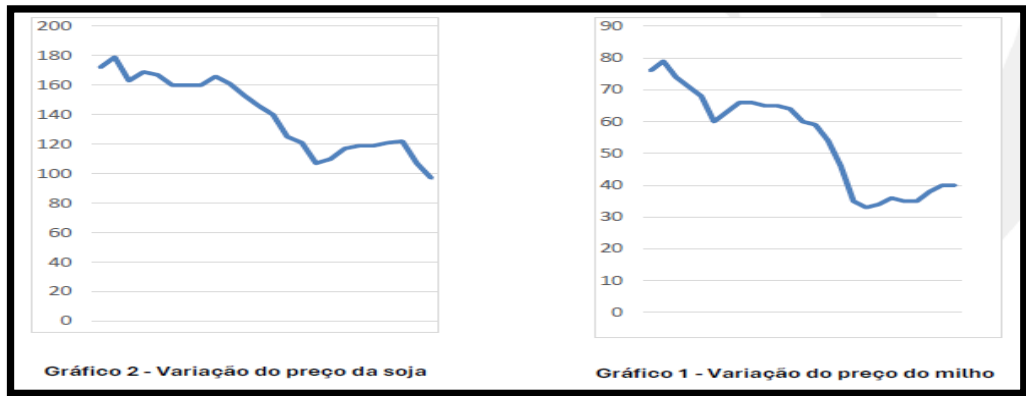
As últimas safras têm se deparado com diversos impactos simultâneos, dos quais abordam-se econômico e climático, em 2022/2023 o elevado custo da produção, reflexos da guerra, inflação e desvalorização do real frente ao dólar.

O setor se deparou com o maior custo de produção em 10 anos, veja:



Fonte: - <<https://sba1.com/noticias/noticia/22287/Safra-22-23-Producao-de-soja-registra-aumento-de-67-21-no-custeio>>

Como se não bastasse, além do aumento nos custos de produção, houve uma queda significativa nos preços das commodities. Para ilustrar, o valor da soja, que era de R\$ 179,29 em março de 2022, despencou para meros R\$ 97,60 em fevereiro de 2024. Quanto ao milho, seu preço caiu de R\$ 76,99 para R\$ 40,71 no mesmo período. Isso representa uma redução de 56,13% e 52,88%, respectivamente.



E quando se imagina que não há situação em que possa agravar, nos deparamos recentemente 2023/2024 com a pior produção nos últimos 30 anos, em simples buscas sobre o mercado do agronegócio no site www.google.com temos diversas chamadas do tipo:



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9B 54WLF ENKF4 WK59K



A soma dessas causas comprometeu severamente o fluxo de caixa do GRUPO PROMISSÃO, deixando-o prejudicado de tal forma que se tornou impossível a sua recomposição em curto prazo, motivo pelo qual, se fez necessário o pedido de Recuperação Judicial.

3.4. RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

No decorrer de todos estes anos de atividades, o GRUPO PROMISSÃO se consolidou como referência nos locais de atuação. Entretanto, nem mesmo essa solidificação conseguiu fazer com que passasse ileso ao acúmulo de todos os percalços enfrentados ao longo dos anos.

Como já destacado anteriormente, as últimas safras foram desastrosas, deixando o GRUPO PROMISSÃO diretamente impactado. A queda na produção de grãos, somada às significativas reduções nos preços de venda das commodities, como soja e milho, agravaram ainda mais a situação.

Essa conjunção de fatores abalou severamente a saúde financeira dos Recuperandos, expondo cada vez mais sua fragilidade econômico-financeira. É crucial ressaltar que essa situação não foi resultado de má gestão dos negócios, mas sim de uma série de eventos externos e econômicos, como demonstrado.

O impacto combinado desses fatores comprometeu severamente o fluxo de caixa e as finanças do GRUPO PROMISSÃO, tornando seu endividamento insustentável. Frente ao cenário de incerteza, os fornecedores e instituições financeiras cortaram todas as linhas de crédito, não restou alternativa senão buscar a proteção da Recuperação Judicial como medida para reorganizar suas finanças e garantir a continuidade de suas operações.

Em síntese, as razões da crise econômico-financeira do GRUPO PROMISSÃO são decorrentes de:

- a. Reflexos da guerra com impacto direto nos custos dos insumos;
- b. Quebras de safra em razão das variações e fenômenos climáticos
- c. Redução da capacidade de pagamento de suas dívidas de curto e médio prazo, em decorrência dos subsequentes resultados negativos;
- d. Mudanças de mercado, aumento dos custos de produção e redução nos preços das *commodities*;
- e. Escassez de crédito e alta dos juros.





4. OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Diante das dificuldades apresentadas pelo GRUPO PROMISSÃO em cumprir com as suas obrigações financeiras, este Plano de Recuperação objetiva:

- i. Preservar o GRUPO PROMISSÃO como entidade econômica geradora de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício da sua função social;
- ii. Viabilizar a superação da crise econômico-financeira deflagrada nos últimos anos, restabelecendo-se o valor econômico do GRUPO PROMISSÃO e seus ativos;
- iii. Atender o interesse dos credores do GRUPO PROMISSÃO, de forma a permitir sua continuidade, mediante composição baseada em uma estrutura de pagamentos compatível com a nova realidade e potencial de geração de caixa, no contexto da Recuperação Judicial e período subsequente.

Especificamente, o Plano proposto confere a cada um dos credores um fluxo de pagamentos ordenado e que lhes assegure um retorno aceitável a ser provido, em situação mais favorável do que seria eventualmente em um caso de falência e, consequentemente, liquidação patrimonial do GRUPO PROMISSÃO.

4.1. OS MEIOS DE RECUPERAÇÃO ADOTADOS

Nesta seção abordaremos os métodos adotados e as estratégias em desenvolvimento para neutralizar o momento de dificuldade financeira GRUPO PROMISSÃO, assim como buscar um resultado operacional positivo e vislumbrar uma oportunidade de superar a crise, mantendo o benefício e a contribuição social.

4.1.1. REORGANIZAÇÃO OPERACIONAL

Todas as despesas administrativas, logísticas, e de recursos humanos estão sendo revisadas com o deferimento da Recuperação Judicial do GRUPO PROMISSÃO.

Os Recuperandos apuraram um grande prejuízo financeiro nos últimos anos, e, medidas emergenciais foram tomadas juntamente ao pedido de Recuperação Judicial. Tais ações visaram minimizar drasticamente esses prejuízos, buscando incessantemente um ajuste para que como primeira meta, o GRUPO PROMISSÃO parasse de gerar prejuízos.

O objetivo foi de atingir o ponto de equilíbrio da operação, que ocorre quando saídas e entradas se equivalem, portanto ainda sem geração de lucros, mas também sem geração de prejuízo. Posteriormente, no médio prazo, visa-se voltar a pleitear crescimentos de forma paulatina na rentabilidade, a fim de poder saldar todos os





compromissos com seus credores, de maneira consistente, pautada e organizada, conforme apresentado neste presente Plano. Entre as medidas estão:

- i. Novas negociações com fornecedores, gerando economia no custo da mercadoria;
- ii. Aplicação rígida de mecanismos de controle de perdas na execução dos processos e comercialização dos produtos;
- iii. Desenvolvimento e integração de toda a plataforma tecnológica e software de gestão utilizados, a fim de fornecer controle e indicadores mais concisos;
- iv. Estruturação e implementação da gestão das metas por setor, alinhamento de objetivos e campanha motivacional interna;
- v. Reestruturação e análise detalhada da gestão financeira, com o objetivo de estabelecer o valor exato para a lucratividade, receita, custos, despesas, margem de contribuição e ponto de equilíbrio;
- vi. Implementação de reuniões de análise de resultado periódicas e padronizadas, que possibilitam visualizar a performance econômica e financeira;
- vii. Mapeamento detalhado dos principais processos críticos, através de reuniões com os envolvidos em cada processo, para identificar os gargalos operacionais;
- viii. Estruturação de relatórios, controles e informações necessários para eliminar riscos e erros;
- ix. Modelo de avaliação dos funcionários, focado em atender as suas necessidades e identificar talentos.

Todas as decisões acima têm o intuito de diminuir a demanda de capital de giro, infraestrutura e recursos humanos, para colocar o GRUPO PROMISSÃO em linha com a sua nova estratégia.

Após o período de ajustes, projeta-se que o GRUPO PROMISSÃO passe a ter geração de caixa positiva e possa iniciar o ciclo de pagamento dos seus credores. Os Recuperandos acreditam que somente com o engajamento de todos os envolvidos há a real reestruturação do negócio. E, para isso, uma nova cultura de meritocracia está sendo implantada, onde os colaboradores estão sendo orientados a reduzir custos e focar no resultado positivo.

4.1.2. BUSCA DE MELHORES FONTES DE FINANCIAMENTO

As taxas de juros apresentaram elevação significativa e consistente, e como o mercado passa por uma forte redução de sua oferta, o mercado de crédito no Brasil tem diminuído expressivamente sua propensão a conceder novas linhas de crédito, combinando com o aumento da inadimplência, o que faz subir também o risco do crédito. Considerando a concentração do controle do mercado em poucos grandes bancos, e





no caso em voga, poucas grandes “tradings”, a dificuldade de fontes de financiamento compatíveis com a manutenção do negócio fica mais escassa.

Apesar do momento exposto, o GRUPO PROMISSÃO, continua envidando esforços no sentido de negociar o financiamento das operações, buscando taxas mais atraentes e menos onerosas com novas instituições e agentes financeiros parceiros, bem como também junto a fornecedores.

O mercado entende que apesar da atual crise, o GRUPO PROMISSÃO tem potencial para a sua superação com o suporte da Recuperação Judicial e o balizamento do passivo atual.

4.1.3. RETOMADA DA RENTABILIDADE

Todos os esforços da administração se concentram para que o GRUPO PROMISSÃO volte a ser rentável, inicialmente estancando os prejuízos, principalmente causados por elevação dos custos, escassez de crédito e conjuntura de mercado das *commodities*, e posteriormente, reestruturando a operação como um todo.

Atualmente, o foco dos Recuperandos está voltado para a eliminação de inconsistências na operação, melhorias nos processos, reformulação da base de colaboradores e atendimento de novas demandas, para que com o mercado em novo patamar o GRUPO PROMISSÃO volte a crescer.

Mesmo após inúmeros fatores que afetaram a atividade nos últimos anos, os Recuperandos acreditam na capacidade de voltarem a serem rentáveis, como já foram no passado. Para tal, as políticas e os controles estão mais rígidos e voltados para o resultado.

Soma-se, ainda, a confiança do GRUPO PROMISSÃO, seus colaboradores e parceiros (movimentos positivos de variáveis macroeconômicas setorial), na real situação de projeções positivas para a safra de grãos de 2025/2026, conforme previsão apresentada:

Pressão no curto prazo e boa expectativas para 2025 e 2026

Fonte: <https://ruralnews.agr.br/agricultura/pecuaria-de-corte/pressao-no-curto-prazo-e-bom-expectativas-para-2025-e-2026>

Assim como também é pauta do plano safra 2024/2025 dar maior segurança e sustentação para agricultura e pecuária:





Veja as 10 propostas:

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) destaca as propostas prioritárias para o Plano Safra 2024/2025 na visão dos produtores rurais:

1. Garantir suplementação de R\$ 2,1 bilhões ao Seguro Rural em 2024 (totalizando R\$ 3 bilhões) e R\$ 4 bilhões para 2025.
2. Disponibilizar R\$ 570 bilhões em recursos financeiros do PAP 2024/2025, sendo R\$ 359 bilhões para custeio e comercialização, R\$ 111 bilhões para investimentos e R\$ 100 bilhões para agricultura familiar. Garantindo que os recursos anunciados estejam disponíveis ao longo de toda a safra.
3. Priorizar recursos para as finalidades de investimento, principalmente aos pequenos e médios produtores (Pronaf e Pronamp) e aos programas pra construção de armazéns (PCA), irrigação (Proirriga), inovações tecnológicas (Inovagro) e para Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (Renovagro).
4. Reforçar o orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC), sobretudo das subvenções de sustentação de preços e comercialização e custeio.
5. Promover medidas regulatórias para ampliar as fontes de recursos do crédito rural, através de medidas que flexibilizem a aplicação das exigibilidades de crédito rural.
6. Regularizar a Lei Complementar nº 137/2020, que criou o Fundo de Catástrofe.
7. Possibilitar o rebate de taxas ou aumento do limite financiável para produtores que promoverem práticas socioambientais.
8. Promover adequações para evitar excessos e distorções na interpretação de resoluções, como a Resolução CMN nº 5.081/2023 e Resolução BCB nº 140/2021, que tratam de temas socioambientais, sem prejuízo do cumprimento da preservação ambiental.
9. Fomentar o avanço do mercado de capitais e títulos privados do agronegócio, possibilitando aumentar o funding do setor.
10. Coibir as práticas de venda casada e possibilitar a redução dos custos acessórios do crédito rural, sobretudo através de regulamentação e modernização do mercado

Fonte: <https://sistemafaeg.com.br/noticias/cna-entrega-propostas-para-o-plano-agricola-e-pecuario-2024-2025>

Sendo assim, as perspectivas para o soerguimento do GRUPO PROMISSÃO com base nas perspectivas de mercado e por meio do processo de Recuperação Judicial, são comprovadamente viáveis e positivas.

4.1.4. RETOMADA DA CREDIBILIDADE

Um intenso processo de discussão com os principais credores do GRUPO PROMISSÃO foi iniciado, no sentido da manutenção dos serviços essenciais à atividade. Os Recuperandos estão em um processo contínuo de retomada da sua credibilidade.

Como parte desse processo, o GRUPO PROMISSÃO está proativamente informando os seus parceiros comerciais sobre o andamento da Recuperação Judicial. A política adotada é 100% de transparência, o que também se evidencia pela orientação daqueles parceiros que estão pela primeira vez envolvidos em um processo de Recuperação Judicial.

4.1.5. FERRAMENTAS DE GESTÃO

O GRUPO PROMISSÃO vem implantando novas técnicas e ferramentas de gestão para acompanhar os custos e despesas operacionais, agora com maior

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9B 54WLF ENKF4 WK59K



consistência nos seus controles. Com isso, se prepara para obter um melhor resultado no controle dos custos e despesas.

Todo o sistema para gerenciamento de processos do GRUPO PROMISSÃO está sendo remodelado e um enorme esforço de todo o quadro administrativo foi tomado para trazer, de fato, um retrato fidedigno da realidade dos negócios e, também, a implantação das melhores práticas para que todo o processo possa ser acompanhado juntamente com os resultados de forma ágil.

No processo total, desde a comercialização da mercadoria colhida até o seu destino final, o acompanhamento dos administradores está mais eficaz, conferindo maior eficiência na operação.

4.1.6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O GRUPO PROMISSÃO está trabalhando na elaboração e na implantação de um renovado planejamento estratégico, envolvendo a definição de políticas, estratégias e objetivos. Além disso, está implantando um orçamento, que será acompanhado periodicamente, visando corrigir distorções dentro do próprio período para não prejudicar a rentabilidade operacional.

Dentro dessa estratégia, os administradores estão mais próximos do acompanhamento da operação, além de ter as informações atualizadas, há o controle de mudanças de curso entre um período e outro, a fim de identificar os possíveis gargalos que provocam perdas.

4.1.7. PLANEJAMENTO DE VENDAS E ESTRATÉGIAS COMERCIAIS

A administração do GRUPO PROMISSÃO está empenhada na retomada e no aumento da sua rentabilidade, e nesse sentido, várias ações estão sendo implementadas, tais como: colocar foco nos canais de venda de maior margem de contribuição, produzir com menor custo e com maior valor agregado, otimização na logística de distribuição, melhoria entre agentes comerciais e equipe interna, estabelecer plano de metas e recompensas sobre resultados.

A diversidade de estratégias comerciais busca o mesmo fim de melhorar os canais de distribuição, com logística mais ágil, e consequente aumento de margem, assim a recomposição do capital de giro acelera e provém uma melhor previsão do futuro financeiro.





4.2. OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A administração do GRUPO PROMISSÃO analisa detalhadamente a viabilidade de cada meio de recuperação, conforme estabelece o art. 50 da Lei 11.101/05. Todas as medidas a seguir podem ser tomadas, desde que os valores dos credores sejam prioritariamente liquidados com os recursos oriundos das medidas a serem implantadas.

- *Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;*
- *Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitando os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;*
- *Venda ou arrendamento de Unidade Produtiva Isolada;*
- *Alteração do controle societário;*
- *Aumento de capital social;*
- *Venda parcial dos bens;*
- *Emissão de valores mobiliários;*
- *Trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;*
- *Redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;*
- *Dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros;*
- *Constituição de sociedade de credores;*
- *Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial; e*
- *Constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em Pagamento dos créditos, os ativos do devedor.*

4.3. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Para fins do art. 66 e art. 66-A da Lei de Recuperação Judicial, durante o período de cumprimento deste Plano, os Recuperandos, conforme o caso, poderão alienar, vender, onerar, oferecer em garantia bens do seu ativo circulante e não-circulante (permanente), independente de autorização judicial, sendo que os ativos não-circulantes (permanentes) considerados de modo específico e pormenorizado, são aqueles descritos e listados no Laudo de Avaliação de Ativos que acompanham esse Plano. Para evitar dúvidas: com a homologação deste Plano poderão ser





alienados/onerados os ativos descritos e listados no Laudo de Avaliação de Ativos independentemente de autorização judicial.

4.4. CRIAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS

Constituição de UPIs. Como forma de incrementar as medidas voltadas à sua recuperação e facilitar o processo de alienação de seus ativos, os Recuperandos poderão constituir uma ou mais UPIs, cujos recursos ficarão à disposição dos Recuperandos, podendo ser utilizados para pagamento dos Credores na forma e nos termos descritos neste Plano. Nos termos deste Plano, os Recuperandos poderão alienar os bens na forma de UPI, fazendo publicar Edital com todos os detalhes do processo competitivo que será realizado para a alienação da respectiva UPI.

Procedimento de Alienação de UPIs. As UPIs serão alienadas mediante certames judiciais, presenciais, virtuais ou híbridos, na modalidade de leilão, propostas fechadas ou qualquer outra modalidade, desde que neste último caso seja aprovada pelo Juízo da Recuperação, nos termos dos artigos 50, § 3º, 60, 60-A, 66, 66-A, 141, § 1º e 142, da Lei de Recuperação Judicial, sendo certo que será permitida a realização de tantas praças quanto convenientes os Recuperandos para a realização de referido certame judicial, sempre buscando a maximização do valor da alienação das UPIs, observado o seguinte procedimento, enquanto não encerrada a Recuperação Judicial, no caso do certame ser realizado na modalidade de propostas fechadas:

- i. Edital de Alienação: Os Recuperandos deverão fazer publicar os editais para convocação de interessados em participar de certames que terão por objeto a alienação de UPIs mediante propostas fechadas, contendo todas as informações relevantes acerca dos processos competitivos. Sem prejuízo de outras informações que os Recuperandos entendam relevantes e pertinentes de acordo com a UPI a ser alienada, os editais deverão prever/conter as seguintes informações: (i) prazos, datas, condições mínimas e requisitos para habilitação dos interessados; (ii) critérios de definição da proposta vencedora da(s) respectiva(s) UPI(s); (iii) obrigação de pagamento da proposta à vista ou a prazo; (iv) preço mínimo; (v) prazo para pagamento do preço de arrematação; (vi) prazo para transferência definitiva da UPI; (vii) multas em caso de mora ou inadimplemento pelo vencedor do certame; e (viii) destinação dos recursos obtidos com a alienação das UPIs;
- ii. Interessados | Requisitos. Poderão participar dos certames apenas pessoas físicas e jurídicas com comprovada capacidade financeira de compra e idoneidade comercial, mediante a disponibilização de demonstrações financeiras e outros documentos indicados no Edital a ser publicado, necessários para a avaliação creditícia e cumprimento das normas regulatórias aplicáveis, incluindo-se, mas não





- se limitando aos documentos constitutivos dos terceiros interessados e demais documentos comprobatórios dos poderes outorgados aos signatários da proposta;
- iii. Interessados Habilitação. Os interessados deverão habilitar-se por meio de petição protocolada nos autos da Recuperação Judicial, informando seu interesse em oferecer eventual proposta para aquisição de uma ou mais UPIs, no prazo de até 5 (cinco) dias após a publicação de Edital de venda da(s) UPI(s), expressamente declarando-se cientes de que incorrerão em multa e indenização em caso de inadimplemento de suas obrigações com relação às propostas por eles apresentadas;
- iv. No prazo máximo de 5 (cinco) dias contado da conclusão do processo de habilitação previsto nos itens acima, a Administradora Judicial divulgará nos autos da Recuperação Judicial a lista dos interessados habilitados;
- v. Apresentação das Propostas. Os interessados devidamente habilitados nos termos dos itens “(ii)” e “(iii)” acima deverão apresentar suas propostas no prazo e nos estritos termos constantes do respectivo Edital;
- vi. Após as entregas das propostas, em datas a serem definidas nos Editais, a Administradora Judicial promoverá a abertura de todas as propostas recebidas, no dia, horário e local previamente marcados pela Administradora Judicial e referendados pelo Juízo da Recuperação, protocolando-as nos autos da Recuperação Judicial no prazo de até 1 (um) dia útil após a data da realização da abertura das propostas fechadas.
- vii. Proposta Vencedora. Em qualquer hipótese, a proposta vencedora será aquela que apresentar a melhor proposta de pagamento pela(s) UPI(s), desde que atenda às condições mínimas previstas no Edital do respectivo certame judicial;
- viii. Homologação das Propostas Vencedoras. Cada proposta vencedora referente ao processo competitivo de cada uma das UPIs deverá ser homologada pelo Juízo da Recuperação, que declarará o(s) vencedor(es) e determinará a expedição da carta de arrematação do(s) bem(s) e, conforme o caso, da ordem de entrega ou do mandado de imissão na posse, livre(s) de quaisquer ônus, contingências e/ou sucessão de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial; e
- ix. Não será aceita qualquer condição, suspensiva ou resolutiva, ou que exija a imposição de ônus adicionais aos Recuperandos e/ou aos Credores, de modo que eventuais propostas fechadas que contiverem disposições nesse sentido serão automaticamente desconsideradas.

No caso de alienação judicial das UPIs mediante a modalidade de leilão eletrônico, presencial ou híbrido, aplicam-se, no que couber, as regras do Código de





Processo Civil, observadas as regras contidas no respectivo Edital, o qual deverá ser publicado no site do leiloeiro com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da realização do processo competitivo. Na hipótese da alienação das UPIs ser realizada mediante outra modalidade devidamente aprovada pelo Juízo da Recuperação, a alienação observará as regras contidas no respectivo Edital.

Não sucessão. Considerando que as UPIs serão alienadas na forma prevista nos arts. 50, § 3º, 60, 60-A, 66, 66-A, 141, § 1º e 142 da Lei de Recuperação Judicial, os potenciais adquirentes receberão as respectivas UPIs livres de quaisquer constringências, dívidas, obrigações, gravames, contingências e outros interesses que possam recair sobre os seus bens. Os adquirentes não sucederão aos Recuperandos em qualquer de suas constringências, dívidas e obrigações, seja de qual natureza for, inclusive, mas não se limitando, às de natureza tributária e trabalhista, a não ser que de outra forma seja convencionado pelo adquirente e os Recuperandos.

Dispensa de avaliação judicial. Os Recuperandos, agindo com transparência e boa-fé, visando à celeridade dos trâmites necessários para a implementação da alienação de qualquer UPI e à redução de custos no procedimento: (a) dispensam a realização da avaliação judicial nos procedimentos dos respectivos processos competitivos para alienação das UPIs, com o que, desde já, os Credores concordam mediante aprovação do Plano; (b) uma vez ocorrida a Homologação do Plano, concordam que ficará automática e definitivamente dispensada a realização da avaliação judicial por qualquer juízo; e (c) a fim de promoverem a eficiência na implementação da alienação das UPIs, renunciam, desde já, a quaisquer direitos, defesas e/ou prerrogativas exclusivamente e tão somente com relação à falta de avaliação judicial nos processos competitivos.

As UPIs poderão ser organizadas no formato jurídico previsto na respectiva proposta vencedora, mediante operação societária, conferência do ativo em SPE e/ou forma contratual a ser(em) conjuntamente definida(s) com o adquirente, sendo permitida, ainda, a transferência direta dos bens que formam a respectiva UPI ao titular do lance ou da proposta vencedora, sem que o adquirente suceda os Recuperandos em quaisquer dívidas, contingências e obrigações, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial.

Impossibilidade de anulação da aquisição das UPIs. Uma vez realizada a alienação das UPIs, a aquisição de boa-fé, dentro dos limites da Lei de Recuperação Judicial e deste Plano, não poderá ser anulada ou tornada ineficaz após a consumação do negócio jurídico com o efetivo recebimento do valor da alienação, nos termos dos artigos 66-A e 84 I-E da Lei de Recuperação Judicial. Fica ressalvada, no entanto, a hipótese de anulação da alienação das UPIs antes de concluído o pagamento pela





aquisição das UPIs em razão de descumprimento pelo adquirente das UPIs das obrigações previstas no Plano, especialmente o pagamento por ele devido.

Ausência de pagamento. Na hipótese de o vencedor do processo competitivo não efetuar o pagamento da proposta vencedora, para a aquisição das UPIs, este incorrerá em multa não compensatória equivalente a 20% (vinte por cento) do valor de sua proposta para aquisição da respectiva UPI, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis, servindo a decisão de homologação da proposta vencedora, em conjunto com este Plano, como título executivo nos termos da Lei 13.105/2015, a qual será destinada ao pagamento parcial dos Créditos, proporcionalmente aos seus respectivos montantes.

4.5. FINANCIAMENTO DIP

Os Recuperandos poderão celebrar Financiamento DIP nos termos dos artigos 67 e 69-A e seguintes da Lei de Recuperação Judicial, sendo permitida a outorga, pelos Recuperandos, de garantia, de qualquer natureza, ao financiador, para manutenção de suas operações, ressalvadas as garantias fiduciárias atualmente vigentes outorgadas pelos Recuperandos em favor dos Credores Não Sujeitos.

Os Recuperandos poderão realizar acordos, acordos societários ou outros tipos de arranjos que resultem em liquidez para suas operações, especialmente liquidez para prestação e manutenção de garantias essenciais para suas atividades e de suas subsidiárias.

5. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.1. PREMISSAS ADOTADAS NAS PROJEÇÕES FUTURAS

Com todos os ajustes e ações tomadas pelo GRUPO PROMISSÃO e após o período de maturação das decisões tomadas, o Plano de Recuperação Judicial mostra sua viabilidade, e indica que a recuperação é possível. O objetivo imediato e emergencial é que o GRUPO PROMISSÃO não gere prejuízos e continue operando. Após esse período de efeitos das ações adotadas, volte a gerar caixa para honrar seus compromissos.

É indispensável que o disposto abaixo seja cumprido para que o GRUPO PROMISSÃO possa recompor o capital de giro necessário para garantir a continuidade de suas atividades e para a preservação de seus ativos, bem como para o





desenvolvimento do seu plano de negócio de forma redimensionada, sem prejuízo a seus colaboradores.

A seguir, apresentam-se as premissas adotadas para as projeções, que são a solução para o equacionamento do passivo financeiro, e que viabilizam a capacidade de pagamento:

- i. Compatibilização do fluxo de caixa com a continuidade do GRUPO PROMISSÃO;
- ii. Efeito das reduções de custos e despesas das atitudes tomadas elencadas acima neste Plano;
- iii. Efeito dos esforços combinados para foco em oportunidades com melhores margens;
- iv. Todas as decisões acima, após o período de maturação e carência, serão elementos garantidores de uma geração de caixa positivo;
- v. No momento que o GRUPO PROMISSÃO volte a gerar caixa, destinará boa parte para pagamento dos credores, conforme fluxo que será apresentado a seguir, e os excedentes de caixa serão dedicados a recomposição do capital de giro, bem como manutenção da operação.

Com essas premissas adotadas as projeções demonstram viabilidade de execução, com reversão significativa do quadro atual, garantindo pagamento aos credores.

5.2. PROJEÇÕES DE GERAÇÃO DE CAIXA

A seguir apresenta-se a capacidade de geração de caixa do GRUPO PROMISSÃO. O cenário traçado utiliza bases praticáveis e fundamentos de redução de custos e despesas, melhoria da eficiência e foco estratégico com relação a negociação de produtos. Destaca-se que o faturamento dos Recuperandos vem do agronegócio, que abastecem diversos municípios nos estados do Paraná e Mato Grosso, assim como contribui para o mercado interno dos estados. Nesse contexto, a projeção contempla o volume de vendas e custos ao longo dos períodos. O cenário projetado permitirá aos Recuperandos saldar as suas dívidas sujeitas a Recuperação Judicial.

É evidente que o GRUPO PROMISSÃO se utilizará do financiamento em depreciação dos seus ativos recorrentes, a fim de saldar as dívidas da Recuperação Judicial. E, com o não reinvestimento em capital físico, os Recuperandos assim se dispõem, de nos primeiros anos, se financiar consumindo o capital físico atual.





GRUPO PROMISSÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
RECEITA OPERACIONAL	8.392.200	9.231.420	9.462.206	9.604.139	9.748.201	9.796.942	9.845.926	9.895.156	9.944.632	9.994.355
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	- 245.052	- 269.557	- 276.296	- 280.441	- 284.647	- 286.071	- 287.501	- 288.939	- 290.383	- 291.835
RECEITA LÍQUIDA	8.147.148	8.961.863	9.185.909	9.323.698	9.463.553	9.510.871	9.558.425	9.606.217	9.654.249	9.702.520
(-) CUSTOS OPERACIONAIS	- 6.000.423	- 6.558.924	- 6.703.973	- 6.802.611	- 6.873.456	- 6.870.595	- 6.895.102	- 6.929.578	- 6.964.226	- 6.999.047
LUCRO BRUTO	2.146.725	2.402.939	2.481.937	2.521.086	2.590.097	2.640.276	2.663.323	2.676.640	2.690.023	2.703.473
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	- 1.917.000	- 2.044.080	- 2.076.258	- 2.107.402	- 2.119.516	- 2.120.317	- 2.121.072	- 2.131.678	- 2.142.336	- 2.153.048
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	229.725	358.859	405.679	413.685	470.581	519.959	542.251	544.962	547.687	550.425
PROVISÕES DE IRPJ/CSLL	- 78.106	- 122.012	- 137.931	- 140.653	- 159.997	- 176.786	- 184.365	- 185.287	- 186.213	- 187.145
RESULTADO DO EXERCÍCIO	151.618	236.847	267.748	273.032	310.583	343.173	357.885	359.675	361.473	363.281
FLUXO DE CAIXA										
ATIVIDADES OPERACIONAIS	151.618	236.847	267.748	273.032	310.583	313.173	307.885	309.675	311.473	313.281
Resultado do período/exercício	151.618	236.847	267.748	273.032	310.583	343.173	357.885	359.675	361.473	363.281
Depreciações e amortizações										
Capital de Giro										
Investimento Físico				-	-	30.000	- 50.000	- 50.000	- 50.000	- 50.000
AMORTIZAÇÕES DÍVIDAS DA RJ	5.546	-	102.143	102.143	306.428	306.428	306.428	306.428	306.428	306.428
Credores Classe I (Trabalhistas)	5.546	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores Classe II (Garantia Real)	-	-	88.761	88.761	266.284	266.284	266.284	266.284	266.284	266.284
Credores Classe III (Quirografários)	-	-	12.779	12.779	38.336	38.336	38.336	38.336	38.336	38.336
Credores Classe IV (ME)	-	-	603	603	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808
AMORTIZAÇÕES DÍVIDAS EXTRACONCURSAIS	204.319	204.319	136.212	136.212	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	50.000	- 27.136	- 27.136	- 27.136	-	-	-	-	-	-
SALDO DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	15.000	6.754	12.146	14.404	21.945	26.101	32.846	34.303	37.550	42.595
SALDO DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	6.754	12.146	14.404	21.945	26.101	32.846	34.303	37.550	42.595	49.448





GRUPO PROMISSÃO	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
RECEITA OPERACIONAL	10.044.327	10.094.548	10.119.785	10.145.084	10.170.447	10.195.873	10.221.363	10.246.916	10.272.533	10.298.215
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	- 293.294	- 294.761	- 295.498	- 296.236	- 296.977	- 297.719	- 298.464	- 299.210	- 299.958	- 300.708
RECEITA LÍQUIDA	9.751.032	9.799.788	9.824.287	9.848.848	9.873.470	9.898.154	9.922.899	9.947.706	9.972.575	9.997.507
(-) CUSTOS OPERACIONAIS	- 7.034.042	- 7.069.212	- 7.086.885	- 7.104.602	- 7.122.364	- 7.140.170	- 7.158.020	- 7.175.915	- 7.193.855	- 7.211.840
LUCRO BRUTO	2.716.990	2.730.575	2.737.402	2.744.245	2.751.106	2.757.984	2.764.879	2.771.791	2.778.720	2.785.667
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	- 2.163.813	- 2.174.632	- 2.180.069	- 2.185.519	- 2.190.983	- 2.196.460	- 2.201.951	- 2.207.456	- 2.212.975	- 2.218.507
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	553.177	555.943	557.333	558.726	560.123	561.523	562.927	564.335	565.745	567.160
PROVISÕES DE IRPJ/CSLL	- 188.080	- 189.021	- 189.493	- 189.967	- 190.442	- 190.918	- 191.395	- 191.874	- 192.353	- 192.834
RESULTADO DO EXERCÍCIO	365.097	366.922	367.840	368.759	369.681	370.605	371.532	372.461	373.392	374.325
FLUXO DE CAIXA										
ATIVIDADES OPERACIONAIS	315.097	306.922	307.840	308.759	309.681	310.605	301.532	302.461	303.392	304.325
Resultado do período/exercício	365.097	366.922	367.840	368.759	369.681	370.605	371.532	372.461	373.392	374.325
Depreciações e amortizações										
Capital de Giro										
Investimento Físico	- 50.000	- 60.000	- 60.000	- 60.000	- 60.000	- 60.000	- 70.000	- 70.000	- 70.000	- 70.000
AMORTIZAÇÕES DÍVIDAS DA RJ	306.428	306.428	306.428	306.428	306.428	306.428	306.428	306.428	306.428	306.428
Credores Classe I (Trabalhistas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores Classe II (Garantia Real)	266.284	266.284	266.284	266.284	266.284	266.284	266.284	266.284	266.284	266.284
Credores Classe III (Quirografários)	38.336	38.336	38.336	38.336	38.336	38.336	38.336	38.336	38.336	38.336
Credores Classe IV (ME)	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808	1.808
AMORTIZAÇÕES DÍVIDAS EXTRACONCURSAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	49.448	58.117	58.612	60.024	62.355	65.608	69.786	64.890	60.923	57.887
SALDO DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	58.117	58.612	60.024	62.355	65.608	69.786	64.890	60.923	57.887	55.785





6. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES

A seção que segue é baseada nos números e premissas adotadas até então no presente documento. Visando sempre manter a função social do GRUPO PROMISSÃO, estão apresentadas a seguir as melhores estratégias e propostas que justificam a continuidade da geração de empregos, pagamento de impostos e pagamento aos credores.

A fim de assegurar o integral cumprimento deste Plano e, sobretudo, a manutenção da atividade econômica desenvolvida, o GRUPO PROMISSÃO projetou que as obrigações financeiras assumidas neste Plano, bem como as de ordem operacional a que se comprometeu, serão financiadas mediante a não recomposição do capital físico e através dos resultados obtidos a partir da operação.

A seguir, pontuam-se as situações classificatórias dos credores do GRUPO PROMISSÃO no momento da elaboração deste Plano.

A relação de credores do GRUPO PROMISSÃO, é composta por 39 credores, divididos entre quatro classes formais: Trabalhistas (Classe I), 8 credores; Garantia Real (Classe II), 8 credores; Quirografários (Classe III), 15 credores; Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Classe IV), 8 credores. O saldo devedor apurado está no valor de R\$ 34.053.092,93 (trinta e quatro milhões, cinquenta e três mil, noventa e dois reais e noventa e três centavos).

6.1. PAGAMENTOS AOS CREDORES CLASSE I – TRABALHISTAS

O GRUPO PROMISSÃO sempre prezou pelo bem dos seus colaboradores, esforço verificado em vários casos de colaboradores que permaneceram no Grupo por muitos anos. Ainda assim, no momento de dificuldade financeira, os Recuperandos priorizaram seus colaboradores e ex-colaboradores, bem como demais verbas de origem trabalhista, e a proposta de pagamento destes é a que segue:

- 6.1.1. **Carência:** Não haverá carência, o pagamento será efetuado integralmente no primeiro ano, a contar da data do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial;
- 6.1.2. **Deságio:** Não haverá deságio;
- 6.1.3. **Juros:** Não haverá incidência de juros, sendo que os valores serão pagos conforme estabelecido na relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial, bem como eventuais valores posteriormente habilitados ou modificados





mediante decisão judicial transitada em julgado, atendendo, ademais, o disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05;

6.1.4. **Limitação:** Os créditos decorrentes da legislação do trabalho e sujeitos à Classe I – dos credores trabalhistas serão limitados ao pagamento de até 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, sendo que eventuais credores da Classe I cujo crédito atual ultrapasse esse limite, terão o valor excedente pago nas condições da Classe III – dos credores quirografários;

6.1.5. **Pagamento:** Pagamento de 100% (cem por cento), limitados até 150 (cento e cinquenta) salários mínimos dentro da Classe I – dos credores trabalhistas indicado no Quadro Geral de Credores ou, na sua ausência, pelos valores indicados pelo Administrador Judicial em sua Relação de Credores, ou, ainda, aqueles apurados em Impugnações/Habilitações de Crédito, devidamente transitada em julgado, serão quitados no último dia útil do 12º (décimo segundo) mês, em 01 (um) pagamento, a contar do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial; O GRUPO PROMISSÃO poderá antecipar os pagamentos da Classe I – dos Créditos Trabalhistas, desde que, em qualquer caso, sejam respeitadas a igualdade entre os credores pertencentes à Classe I – dos Credores Trabalhistas. Os créditos trabalhistas que forem controversos, ou seja, que sejam objeto de disputa judicial, somente serão pagos após o trânsito em julgado da decisão que julgar o referido crédito, e desde que seja, devidamente, habilitado nos autos da Recuperação Judicial e com a homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial. Para fins de pagamento, serão respeitadas as disposições previstas acima.

6.1.6. **Quitação:** Com os pagamentos realizados na forma acima, fica totalmente paga e quitada a Classe I, dos credores trabalhistas do GRUPO PROMISSÃO, nada mais sendo devido, seja a que título for.

6.2. PAGAMENTO AOS CREDITORES CLASSE II – GARANTIA REAL

Alinhados às projeções atualizadas de geração de caixa do GRUPO PROMISSÃO, apresentadas neste Plano de Recuperação Judicial, apresentamos agora esclarecimentos quanto a proposta técnica e a forma de pagamento aos credores com garantia real, classe II:

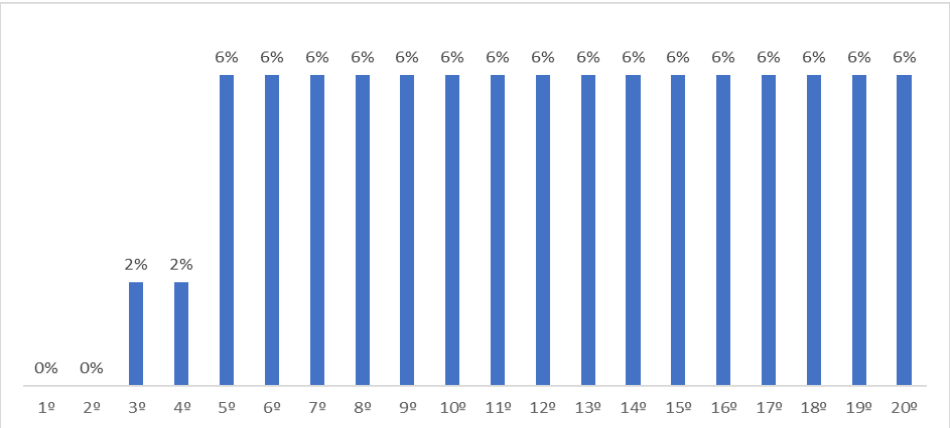
6.2.1. **Carência:** Será de 24 (vinte e quatro) meses para início dos pagamentos dos valores, contados a partir da data do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação;





- 6.2.2. **Deságio:** Será de 85% (oitenta e cinco por cento);
- 6.2.3. **Juros:** Os valores serão calculados com correção monetária e juros de Taxa Referencial (TR) + 1% (um por cento) ao ano e a remuneração será liquidada juntamente com o pagamento do principal. Os juros serão contabilizados do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial e serão usados como base os valores apresentados na relação de credores prevista no artigo 7º, §º 2º, da LRF ou de eventuais decisões do Juízo da Recuperação Judicial que determinar a modificação ou inclusão do crédito;
- 6.2.4. **Pagamento:** Pagamento de 15% (quinze por cento) do valor indicado no Quadro Geral de Credores ou, na sua ausência, pelos valores indicados pelo Administrador Judicial em sua Relação de Credores, ou ainda, aqueles apurados em Impugnações/Habilitações de Crédito, devidamente julgada, em 18 (dezoito) parcelas anuais, crescentes e consecutivas, acrescida dos encargos financeiros dispostos no item 6.2.3. “Juros” Considerado o valor já desagiado, dar-se-á: da 1ª (primeira) à 2ª (segunda) parcela será pago 4% (quatro por cento), do valor em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e consecutivas; da 3ª (terceira) à 18ª (décima oitava) parcela será pago 96% (noventa e seis por cento) do valor em 16 (dezesesseis) parcelas anuais, iguais e consecutivas, conforme ilustrados nos gráficos a seguir, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial:

Ano	Parcelas	Percentual por Período	Percentual por Parcela
1º ao 2º	Carência	Carência	Carência
3º ao 4º	1º ao 2º	4%	2%
5º ao 20º	3º ao 18º	96%	6%





6.2.5. **Créditos habilitados após o trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial:** Na eventual habilitação/majoração de créditos que se sucederem após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ, serão pagos nos moldes estabelecidos acima, com o início da contagem de prazo para pagamento a contar do trânsito em julgado da decisão que determinar sua habilitação/majoração na relação nominal de credores.

6.2.6. **Quitação:** Com os pagamentos realizados na forma acima, fica totalmente paga e quitada a classe II, dos credores com garantia real do GRUPO PROMISSÃO, sendo concedida então, a liberação de fato e de direito de toda e qualquer garantia de forma automática ao GRUPO PROMISSÃO, nada mais sendo devido, seja a que título for.

6.3. PAGAMENTO AOS CREDITORES CLASSE III – QUIROGRAFÁRIOS

Alinhados às projeções atualizadas de geração de caixa do GRUPO PROMISSÃO, apresentadas neste Plano de Recuperação Judicial, apresentamos agora esclarecimentos quanto a proposta técnica e a forma de pagamento aos credores quirografários, classe III:

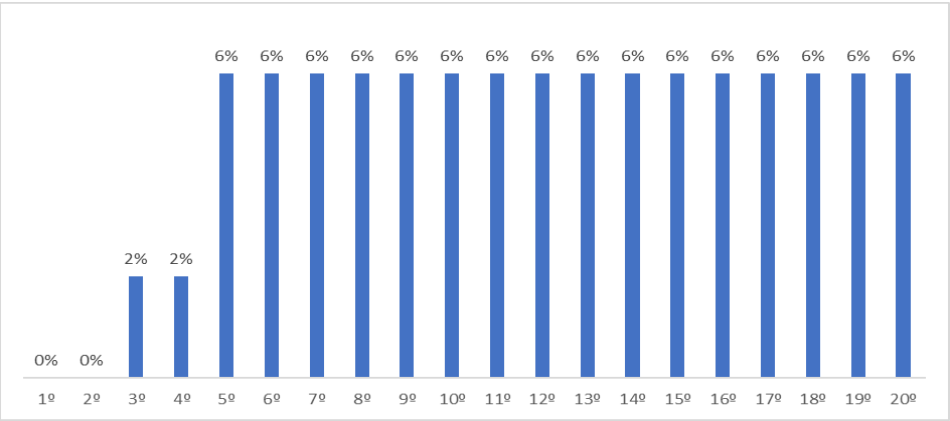
- 6.3.1. **Carência:** Será de 24 (vinte e quatro) meses para início dos pagamentos dos valores, contados a partir da data do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação;
- 6.3.2. **Deságio:** Será de 85% (oitenta e cinco por cento);
- 6.3.3. **Juros:** Os valores serão calculados com correção monetária e juros de Taxa Referencial (TR) + 1% (um por cento) ao ano e a remuneração será liquidada juntamente com o pagamento do principal. Os juros serão contabilizados do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial e serão usados como base os valores apresentados na relação de credores prevista no artigo 7º, §º 2º, da LRF ou de eventuais decisões do Juízo da Recuperação Judicial que determinar a modificação ou inclusão do crédito;
- 6.3.4. **Pagamento:** Pagamento de 15% (quinze por cento) do valor indicado no Quadro Geral de Credores ou, na sua ausência, pelos valores indicados pelo Administrador Judicial em sua Relação de Credores, ou ainda, aqueles apurados em Impugnações/Habilitações de Crédito, devidamente julgada, em 18 (dezoito) parcelas anuais, crescente e consecutivas, acrescida dos encargos financeiros dispostos no item 6.3.3. “Juros” Considerado o valor já desagiado,





dar-se-á: da 1ª (primeira) à 2ª (segunda) parcela será pago 4% (quatro por cento), do valor em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e consecutivas; da 3ª (terceira) à 18ª (décima oitava) parcela será pago 96% (noventa e seis por cento) do valor em 16 (dezesesseis) parcelas anuais, iguais e consecutivas, conforme ilustrados nos gráficos a seguir, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial:

Ano	Parcelas	Percentual por Período	Percentual por Parcela
1º ao 2º	Carência	Carência	Carência
3º ao 4º	1º ao 2º	4%	2%
5º ao 20º	3º ao 18º	96%	6%



- 6.3.5. **Créditos habilitados após o trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial:** Na eventual habilitação/majoração de créditos que se sucederem após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ, serão pagos nos moldes estabelecidos acima, com o início da contagem de prazo para pagamento a contar do trânsito em julgado da decisão que determinar sua habilitação/majoração na relação nominal de credores.
- 6.3.6. **Quitação:** Com os pagamentos realizados na forma acima, fica totalmente paga e quitada a Classe III, dos credores quirografários GRUPO PROMISSÃO, nada mais sendo devido, seja a que título for.

6.4. PAGAMENTO AOS CREDITORES CLASSE IV – ME/EPP

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9B 54WLF ENKF4 WK59K

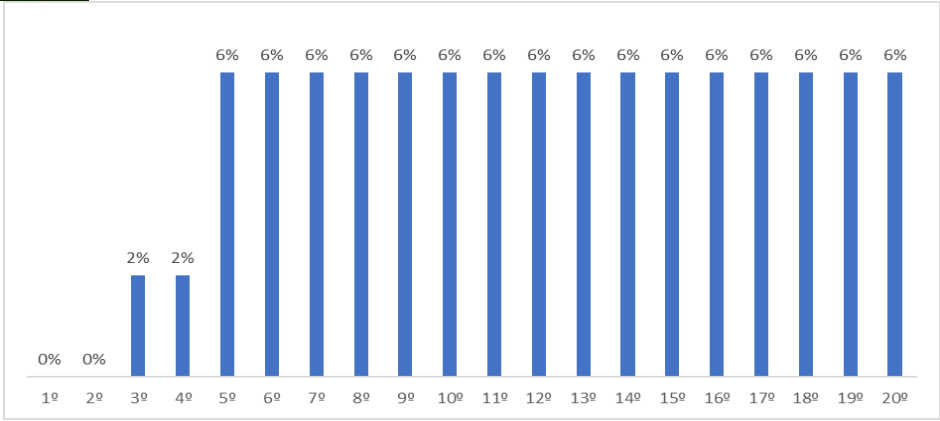


Apresentamos, agora, esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento aos credores Empresas de Pequeno Porte ou Microempresas, Classe IV do GRUPO PROMISSÃO.

- 6.4.1. **Carência:** Será de 24 (vinte e quatro) meses para início dos pagamentos dos valores, contados a partir da data do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação;
- 6.4.2. **Deságio:** Será de 85% (oitenta e cinco por cento);
- 6.4.3. **Juros:** Os valores serão calculados com correção monetária e juros de Taxa Referencial (TR) + 1% (um por cento) ao ano e a remuneração será liquidada juntamente com o pagamento do principal. Os juros serão contabilizados do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial e serão usados como base os valores apresentados na relação de credores prevista no artigo 7º, §º 2º, da LRF ou de eventuais decisões do Juízo da Recuperação Judicial que determinar a modificação ou inclusão do crédito;
- 6.4.4. **Pagamento:** Pagamento de 15% (quinze por cento) do valor indicado no Quadro Geral de Credores ou, na sua ausência, pelos valores indicados pelo Administrador Judicial em sua Relação de Credores, ou ainda, aqueles apurados em Impugnações/Habilitações de Crédito, devidamente julgada, em 18 (dezoito) parcelas anuais, crescentes e consecutivas, acrescida dos encargos financeiros dispostos no item 6.4.3. “Juros” Considerado o valor já desagiado, dar-se-á: da 1ª (primeira) à 2ª (segunda) parcela será pago 4% (quatro por cento), do valor em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e consecutivas; da 3ª (terceira) à 18ª (décima oitava) parcela será pago 96% (noventa e seis por cento) do valor em 16 (dezesesseis) parcelas anuais, iguais e consecutivas, conforme ilustrados nos gráficos a seguir, contados do trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial:

Ano	Parcelas	Percentual por Período	Percentual por Parcela
1º ao 2º	Carência	Carência	Carência
3º ao 4º	1º ao 2º	4%	2%
5º ao 20º	3º ao 18º	96%	6%

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9B 54WLF ENKF4 WK59K



6.4.5. **Créditos habilitados após o trânsito em julgado da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial:** Na eventual habilitação/majoração de créditos que se sucederem após o trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ, serão pagos nos moldes estabelecidos acima, com o início da contagem de prazo para pagamento a contar do trânsito em julgado da decisão que determinar sua habilitação/majoração na relação nominal de credores.

6.4.6. **Quitação:** Com os pagamentos realizados na forma acima, fica totalmente paga e quitada a Classe IV, dos credores ME e EPP do GRUPO PROMISSÃO, nada mais sendo devido, seja a que título for.

6.5.OBTENÇÃO DE RECURSOS LÍQUIDOS PARA PAGAMENTO DOS CREDITORES SUJEITOS AO PLANO

O GRUPO PROMISSÃO poderá, a seu único e exclusivo critério, utilizar o valor obtido com alienação de ativos ou UPIs, bem como qualquer outro recurso, advindo de qualquer outra fonte, para realizar ou antecipar o pagamento das parcelas devidas aos credores sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial a qualquer momento.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando a programação da recuperação exposta no presente Plano, serão observadas as seguintes regras:

- i. Créditos registrados originalmente em moeda estrangeira serão mantidos na respectiva moeda original para todos os fins de direito. Para fins de pagamento, os créditos em moeda estrangeira deverão ser convertidos para Reais (BRL) com base na taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América divulgada por meio da

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9B 54WLF ENKF4 WK59K



página na internet do Banco Central do Brasil sobre taxas e câmbio na opção "todas as moedas" no dia da aprovação do Plano;

- ii. Os Credores que receberão seus créditos através de pecúnia serão pagos por meio de transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo credor ou seu procurador, por meio de transferência eletrônica disponível (TED), ou ainda PIX, cabendo aos credores informarem seus respectivos dados bancários com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data do pagamento previsto, e não sendo considerados como um evento de descumprimento caso o pagamento não possa ser efetuado em tempo devido ao atraso por parte dos credores que não prestarem informação de seus dados bancários. Neste caso, a critério dos Recuperandos, conforme o caso, os pagamentos devidos aos credores que não tiverem informado seus dados bancários, poderão ser realizados em Juízo. Não haverá incidência de juros, multas ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os credores não terem informado em tempo suas contas bancárias para os Recuperandos;
- iii. Na referida hipótese da apresentação dos dados bancários com antecedência prévia inferior a 30 (trinta) dias, o GRUPO PROMISSÃO terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizar o pagamento da parcela a contar do recebimento das informações bancárias;
- iv. Na hipótese de qualquer valor ou obrigação prevista no presente Plano coincidir em ser pago em dia que não seja considerado dia útil, o referido pagamento ou obrigação será automaticamente prorrogada para o dia útil subsequente, sendo que tal pagamento ou obrigação será considerado como efetuado na data originalmente prevista;
- v. Os credores não receberão, em hipótese alguma, quaisquer valores que ultrapassem o valor estabelecido e aprovado neste Plano, pois o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial implica em quitação total.

7.1. EFEITOS DA APROVAÇÃO DO PRJ

O Plano aprovado em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação, concedendo a Recuperação Judicial obrigará os Recuperandos e seus credores sujeitos à Recuperação Judicial aos termos desse PRJ, assim como seus respectivos sucessores, a qualquer título e implicará, em relação aos Recuperandos e seus coobrigados, avalistas/fiadores em novação de todos os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial.





7.2. AÇÕES JUDICIAIS E ARBITRAIS

Após a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial na forma da Lei nº 11.101/05, por força da novação disposta no presente Plano, serão extintas todas as ações de cobrança, execuções judiciais ou qualquer outro tipo de medida judicial ajuizada contra os Recuperandos, seus respectivos coobrigados, avalistas e fiadores, bem como quaisquer outras sociedades relacionadas, inclusive por avais e fianças. Igualmente, as penhoras judiciais decorrentes dessas execuções, e outras eventuais constrições existentes, serão liberadas.

Os processos judiciais e arbitrais de conhecimento ajuizados por credores sujeitos ao Plano que tiverem por objeto a condenação em quantia ilíquida, ou a liquidação de condenação já proferida, poderão prosseguir em seus respectivos foros, até que haja a fixação do valor do crédito sujeito ao Plano, ocasião em que o credor sujeito ao Plano deverá providenciar a habilitação da referida quantia no Quadro Geral de Credores, para recebimento nos termos do Plano. Em hipótese alguma haverá pagamento de credores sujeitos ao Plano de forma diversa da estabelecida no Plano, inclusive em processos judiciais ou arbitrais ajuizados que estiverem em curso quando da Homologação Judicial do Plano de Recuperação Judicial ou que forem ajuizados após a Homologação Judicial do Plano.

7.3. MODIFICAÇÕES NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme previsto no art. 45 e art. 58 da LRF, o presente instrumento, Plano de Recuperação Judicial, poderá ser alterado, exclusivamente por parte e decisão dos Recuperandos, independentemente do seu descumprimento, em Assembleia Geral de Credores convocada para essa finalidade, deduzido os pagamentos porventura já realizados. As alterações do Plano de Recuperação Judicial obrigarão todos os credores concursais, inclusive os dissidentes.

7.4. NOVAÇÃO DOS CRÉDITOS

Todos os créditos sujeitos ao presente Plano de Recuperação Judicial serão novados no momento da sua homologação judicial e serão pagos conforme detalhamento nele contido, seguindo todos os quesitos de valor, forma, condições e prazos estabelecidos, e nada mais.

7.5. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS





O GRUPO PROMISSÃO poderá compensar, a seu critério, quaisquer créditos sujeitos ao Plano com créditos detidos pelos Recuperandos, contra os respectivos credores sujeitos ao Plano, quando tais créditos se tornarem líquidos, e até o valor de referidos créditos sujeitos ao Plano, ficando eventual saldo sujeito às disposições do presente Plano.

Com relação a retenção de créditos a compensar, o GRUPO PROMISSÃO poderá reter o pagamento de créditos sujeitos ao Plano na hipótese de ser credor dos respectivos credores sujeitos ao Plano, desde que os créditos detidos contra os respectivos credores sujeitos ao Plano sejam objetos de litígio, com o objetivo de que tais créditos sejam compensados com os créditos sujeitos ao Plano quando se tornarem líquidos.

7.6. BAIXA DE PROTESTOS

Após a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial na forma da LRF, por força da novação prevista no art. 59 da Lei nº 11.101/05, deverão ser cancelados todos os protestos de títulos que se referem a créditos sujeitos aos efeitos da presente Recuperação Judicial, efetuados contra o CNPJ dos Recuperandos e suas filiais, bem como contra o CPF dos produtores rurais e seus condomínios agrícolas, de forma a cumprir o estabelecido neste Plano. Bem como na exclusão definitiva do nome dos Recuperandos dos registros de quaisquer órgãos de proteção ao crédito quando o apontamento se originar de Crédito Sujeito ao Plano de Recuperação Judicial. E também, mas não menos importante, nos registros e “scores” de crédito públicos ou privados que vierem a ser conhecidos ou tornarem-se públicos.

7.7. DESCUMPRIMENTO DO PRJ

Na hipótese de ocorrência de qualquer evento de descumprimento deste Plano, previamente a apreciação de tal fato pelo Juízo Universal, será convocada Assembleia Geral de Credores para deliberar a respeito de eventual emenda, alteração ou modificação ao Plano que saneie ou supra tal descumprimento, sem que durante esse período qualquer credor sujeito ao Plano possa requerer a convalidação da Recuperação Judicial em Falência.

7.8. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL





O processo de Recuperação Judicial poderá ser encerrado, à critério do GRUPO PROMISSÃO, com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, dispensando-se o período de supervisão bienal, conforme previsão do art. 61 da Lei 11.101/2005.

7.9. COMUNICAÇÃO

Todas e quaisquer notificações requerimentos, pedidos e comunicações, para serem eficazes, deverão ser feitas por escrito e endereçadas para os Recuperandos, no endereço da sede administrativa no Município de Faxinal/PR do GRUPO PROMISSÃO, informada neste PRJ, devidamente comprovada.

7.10. CRÉDITOS – MODIFICAÇÃO, IMPUGNAÇÃO E DIVERGÊNCIA

Os Créditos sujeitos ao PRJ poderão ser modificados e novos créditos poderão ser incluídos pelo Administrador Judicial, ao preparar sua relação de credores, bem como na consolidação do QGC, Quadro Geral de Credores, em razão do julgamento dos credores incidentes de habilitação, divergência ou impugnação de crédito.

Nas hipóteses de serem reconhecidos novos créditos concursais, e novos créditos forem incluídos no QGC, ou serem alterados créditos concursais já reconhecidos na lista de credores, por decisão judicial, arbitral ou acordo entre as partes, tais novos créditos ou o valor alterado dos créditos já reconhecidos serão pagos na forma prevista neste Plano, a partir da respectiva decisão judicial. Nesse caso, as regras de pagamento de tais créditos, notadamente quanto à incidência de juros, passarão a ser aplicáveis apenas a partir do referido julgamento.

7.11. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS

Os credores concursais poderão ceder ou transferir livremente os seus créditos contra os Recuperandos, observando-se que independentemente da cessão ser feita por lei ou contrato, estarão sempre sujeitos aos efeitos deste PRJ, especialmente em relação a valores, condições e prazos de pagamentos, sendo dever do credor informar isso ao cessionário, bem como informar aos Recuperandos a ocorrência da cessão, assim como noticiar em juízo, sob pena de ineficácia em relação aos Recuperandos, bem como a validade integral de eventual pagamento.





7.12. GARANTIAS PESSOAIS

Por cautela, fica expressamente estabelecido que não obstante a novação disposta neste Plano de Recuperação Judicial, o seu cumprimento implicará e ratificará a extinção de todas as obrigações solidárias, acessórias e quaisquer outras garantias, inclusive por avais e fianças, assumidas pelos Recuperandos e pelos seus sócios e/ou acionistas, bem como por terceiros. Igualmente, as penhoras judiciais e outras eventuais constrições existentes, serão liberadas.

7.13. QUITAÇÃO

Após o pagamento integral de quaisquer créditos conforme o disposto neste PRJ, serão os mesmos considerados totalmente quitados e automaticamente passadas a ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais se reclamar a qualquer título contra os Recuperandos, ou eventuais coobrigados, garantidores, fiadores ou avalistas, por parte dos credores.

7.14. ELEIÇÃO DO FORO

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou que estiverem relacionadas a este Plano ou aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial serão resolvidas:

- i. Pelo Juízo da Recuperação Judicial até a prolação da decisão de encerramento da Recuperação Judicial, e desde que não esteja pendente recurso com efeito suspensivo contra a referida decisão; e
- ii. Cessada a competência do Juízo da Recuperação Judicial, fica fixada a Vara Cível de Faxinal no Estado do Paraná, para dirimir quaisquer litígios advindos do presente Plano.

Este Plano de Recuperação Judicial é firmado pelos representantes legais dos Recuperandos, assim constituídos na forma das respectivas inscrições de produtores rurais, estatutos sociais e condomínios agrícolas.

Faxinal/PR, 11 de julho de 2024.

(restante da folha intencionalmente deixada em branco)





(folha de assinaturas do Plano de Recuperação Judicial do GRUPO PROMISSÃO,
apresentado em 11 de julho de 2024)

PEDRO PERUCCI
– em Recuperação Judicial

MARIA DE FATIMA PERUCCI
– em Recuperação Judicial

GUILHERME DUARTE PERUCCI
– em Recuperação Judicial

BARBARA SCHULTZ ROCHA VELOSO PERUCCI
– em Recuperação Judicial